

A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento Carlos Nelson Coutinho

Considerations on the question of politics in the thought of Antônio Gramsci

Cristina Simões Bezerra *

Resumo: O artigo relembra a trajetória e presta uma homenagem a Carlos Nelson Coutinho, um dos mais destacados tradutores difusores da obra de Gramsci no Brasil. Pondera a respeito da atualidade da obra gramsciana para pensar os problemas do presente, assim como evidencia a contribuição de Carlos Nelson para, a partir das elaborações do marxista italiano, interpretar e alterar as bases da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Carlos Nelson Coutinho; marxismo; Serviço Social

Abstract: The article redeems the trajectory and pays tribute to Carlos Nelson Coutinho, one of the most outstanding translators of Gramsci's work in Brazil. It ponders about the actuality of Gramscian work to think about the problems of the present, as well as evidences the contribution of Carlos Nelson to, from the elaborations of the Italian Marxist, interpret and change the bases of Brazilian society.

Keywords: Antonio Gramsci; Carlos Nelson Coutinho; Marxism; Social Work

Recebido em: 05/06/2021
Aprovado em: 07/06/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes.

Introdução

Foi na metade dos anos 1990, no marco do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tive a oportunidade de conhecer Carlos Nelson Coutinho, quando fui encaminhada para sua orientação. Eu, que já o conhecia como um dos grandes marxistas estudiosos da formação social brasileira, não pude sentir maior alegria. Desde então, com ele, sua coerência e sua enorme generosidade, aprendi que o que eu gostaria de estudar tinha um nome: era a perspectiva nacional-popular de uma cultura.

Aprendi também que um marxista italiano, que eu pouco conhecia pelos meus anos de graduação, chamado Antonio Gramsci, havia elaborado, em seus anos na prisão, importantes reflexões que se tornariam um norte para o tema que tanto me inquietava. Aprendi que a cultura é uma fonte inesgotável de conhecimento, sabedoria e que, através dela, podemos compreender a formação social de um país e os enfrentamentos que se constroem neste processo. Descobri, enfim, que sem um vínculo orgânico entre “intelectuais” e “povo”, não se transforma uma sociedade nem se possibilita a crítica necessária para a formação de um novo sujeito histórico. Enfim, com Carlos Nelson, nas experiências de orientação de mestrado e, posteriormente, no doutorado, contrai uma dívida intelectual que jamais poderei saldar.

O que apresentamos aqui não tem a pretensão de ser um profundo artigo sobre suas elaborações teóricas. Desde sua partida precoce, em 2012, muito já se produziu e se debateu sobre suas principais categorias de análise e suas profundas contribuições para a abordagem sobre a realidade brasileira. O texto que segue, neste número especial da Revista Libertas, em que a riqueza do pensamento gramsciano é abordada, é uma despretensiosa homenagem a este grande intelectual brasileiro e ao seu legado, sobretudo no que se refere à recepção de Gramsci em nosso país e a importância de suas categorias para a análise da formação social brasileira.

A formação intelectual de Carlos Nelson Coutinho e sua importância na recepção de Gramsci no Brasil

A configuração contemporânea da sociedade brasileira e a complexidade da sociabilidade burguesa nos dias atuais têm gerado, de forma incontestada, uma contínua procura pelo pensamento gramsciano como uma das possibilidades de compreensão das relações sociais em construção e da luta de classes no atual contexto. Neste universo, no que se refere à realidade brasileira, o nome de Carlos Nelson Coutinho surge como um de seus principais intérpretes a partir de categorias inspiradas em Gramsci ou mesmo orientadas por uma tradutibilidade à nossa formação social. Nosso objetivo, portanto, é realizar um breve resgate da importância de Carlos Nelson para a construção do que ele mesmo chamava de uma “imagem do Brasil” a

partir da orientação teórico-metodológica gramsciana.

Carlos Nelson Coutinho nasceu em 1943, na Bahia, onde se formou em Filosofia em 1964. Foi militante do movimento estudantil e, já em 1960, estava filiado ao Partido Comunista Brasileiro. Na metade desta década, foi para o Rio de Janeiro, onde se profissionalizou como tradutor. Carlos Nelson possui mais de 50 obras de tradução, que incluem autores como Lefebvre, Lukács, Sanchez Vasquez, Walter Benjamin, Agnes Heller e Gramsci, o qual foi um capítulo a parte de sua vida. A atual edição da obra de Gramsci no Brasil é considerada, por diversos especialistas, como a melhor edição em língua latina publicada fora da Itália. Foi membro ativo da IGS, organização internacional reconhecida pela contribuição no processo de atualização e debate do pensamento gramsciano. Como um dos principais intérpretes do legado gramsciano, Carlos Nelson participou de vários colóquios e eventos acadêmicos sobre Gramsci em países como Argentina, Itália, França e também Brasil. O hábito da leitura e do estudo, que alimentou desde a juventude, foi o que permitiu a ele a produtividade que apresentou e que tanto valorizamos.

Em 1976, por sua atuação política durante a ditadura militar, foi obrigado ao exílio, passando por países como Itália, Portugal e França. Em dezembro de 1978, volta ao Brasil e, em 1982, afasta-se do Partido Comunista (PCB). Na segunda metade da década de 80, filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde, nas áreas da cultura e das relações exteriores, teve o papel fundamental de fazer o contraponto e mostrar possíveis soluções para o partido e para o Brasil. Em 2005, durante o governo Lula, saiu do PT para ser um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Como podemos perceber, fiel ao aprendizado acerca das principais categorias gramscianas, Carlos Nelson Coutinho vivenciou o partido político como o “moderno Príncipe”, o principal intelectual orgânico coletivo no conjunto de relações em uma sociedade, mesmo com tantos descaminhos políticos, como a brasileira.

Iniciou sua carreira universitária tardiamente, em 1980, primeiro na Faculdade Bennett, no Rio de Janeiro e depois como professor, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso público de livre docência. Foi membro de vários conselhos editoriais e diretor da Editora da UFRJ. Aqui vale uma importante observação acerca da formação de Carlos Nelson: ao contrário de muitos intelectuais brasileiros, sua formação é primeiro política e militante, antes de ser acadêmica. Isso quer dizer que, ao ser incorporado à academia e ao trabalho docente, Carlos Nelson traz, para dentro deste espaço, a dinamicidade da vida social, ou seja, uma imensa carga de questões e embates a serem problematizados e re-produzidos, no âmbito da teoria, permitindo um salto qualitativo significativo na aproximação entre as ideias marxistas e a realidade brasileira.

Sua obra, de caráter absolutamente precoce, inicia-se em 1962/ 1963, com artigos científicos e com a publicação de seu primeiro livro em 1967, *Literatura e Humanismo*. Depois, de sua vasta obra, podemos destacar: *Estruturalismo e Miséria da Razão* (1972), *Cultura e Sociedade no Brasil* (1990), *A dualidade de poderes* (1985), *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político* (1999), além de inúmeros ensaios e artigos elaborados em aproximadamente cinco décadas. Dentre estes, vale destacar o polêmico *A democracia como valor universal* (1979).

Carlos Nelson Coutinho e a compreensão da realidade brasileira: perseguindo uma “imagem do Brasil”

Desde muito jovem, quando ainda militava no PCB, a grande preocupação de Carlos Nelson foi entender a realidade brasileira para transformá-la. Para isso, foi um grande estudioso do Brasil e de seus intelectuais. Assim, sempre fiel ao método e à teoria crítica, encontramos em sua obra a necessidade premente de reforçarmos esta ideia: sem teoria revolucionária não existe ação revolucionária: sem entendermos a realidade, não poderemos transformá-la.

Assim, podemos insistir que, neste trajeto, Carlos Nelson Coutinho se apropria de duas categorias marxistas para pensar o Brasil, problematizando-o enquanto realidade em luta, crise e transformação. A questão norteadora era: de que forma o Brasil se modernizou e por que caminhos se tornou capitalista? A primeira destas categorias foi “via prussiana”. A forma como o capitalismo resolve a questão da propriedade feudal da terra diz de que capitalismo estamos falando: na Alemanha, segundo Lenin, seguiu-se uma via reformista, adaptando-se o novo modo de produção emergente à rotina, às tradições, às propriedades rurais (*Junkers*) e aos interesses capitalistas.

Em resumo, em países que trilharam por esta via, o capitalismo não precisou fazer as reformas tradicionalmente necessárias para sua instauração, tais como, por exemplo, a reforma agrária, para se desenvolver. Foi possível, e até conveniente, manter formas de trabalho baseadas na coerção extraeconômica e nos vínculos de dependência e de subordinação. Além disso, reforça-se a violência aberta e a intromissão na vida privada do trabalhador. O velho proprietário rural continua a ocupar postos privilegiados no aparelho do Estado da nova ordem capitalista e a lógica de uma opressão e exploração pré-capitalistas continuam como nortes para a ação das novas classes dominantes. Ao nos desafiar a pensar a realidade brasileira por esta perspectiva, Coutinho nos desafia: o que isso nos ainda diz sobre a realidade brasileira de hoje?

É aqui que vemos nosso autor recorrer, numa análise que se tornou histórica e rica de determinações, à categoria revolução passiva, elaborada por Gramsci para analisar a realidade

italiana, seu processo de unificação e de constituição como sociedade burguesa. Segundo este autor italiano, a revolução passiva se constitui num processo onde, ao menor sinal de subversivismo, mesmo que esporádico, das classes dominadas ou subalternas, na direção do questionamento da ordem vigente, as classes dominantes respondem com um processo onde vigora uma transformação pelo alto, sem a participação dos setores populares, em que alguma mudança acontece, na perspectiva reformista, para que o poder daquelas primeiras seja restaurado, sem constituir um elemento revolucionário.

Segundo COUTINHO, processos de revolução passiva, geralmente ocorridos em realidades de capitalismo dependente e tardio, tendem a gerar duas causas-consequências. Em primeiro lugar, são realidades onde a sociedade civil se constitui mais frágil, se confrontando com uma sociedade política mais forte, e com constantes retrocessos no seu processo de ocidentalização, ou seja, de equilíbrio entre as esferas civil e política. Consequentemente, a utilização dos instrumentos de coerção e repressão é muito mais recorrente, por parte do Estado, a despeito das forças de consenso e legitimidade. São sociedades, portanto, que vivem permanentes crises de hegemonia.

Outra causa-consequência destes movimentos de revolução passiva é o chamado transformismo, isto é, processos de “assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas”. Coutinho se debruça em reconhecer processos, na realidade brasileira, em que, de forma molecular ou grupal, ocorre esta cooptação e esta incorporação à “classe política” conservadora-moderna, acabando por tornar ainda mais marcada pelo desequilíbrio a relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil.

A partir deste breve resgate das propostas coutinianas sobre a análise da realidade brasileira a partir de categorias marxistas, sobretudo gramscianas, resta-nos problematizar o que tudo isso nos diz sobre a contemporaneidade brasileira. Dentre tantos temas, poderíamos pensar a constituição de nossa sociedade civil e, sobretudo, as relações da mesma com a esfera da política strictu sensu. Seria o caso de pensarmos, por exemplo, nossa relação entre movimentos sociais e partidos políticos. Na compreensão crítica, podemos pensar os primeiros como aparelhos privados de hegemonia inseridos no desenvolvimento da sociedade civil, contendo demandas diretas e, muitas vezes, imediatas, da população. Na proposição de Carlos Nelson Coutinho, a partir de Gramsci, estes espaços não seriam suficientes para as grandes transformações necessárias na correlação de forças de uma sociedade como a brasileira, mas isso não diminui sua importância, uma vez que sua atuação contribui fundamentalmente para a superação da consciência sindical econômico-corporativa.

Carlos Nelson investe, sobretudo, na importância da discussão e da atuação dos partidos políticos, reconhecendo-os como o grande intelectual orgânico coletivo, tão necessário a uma sociedade como a brasileira. Tendo sido protagonista de uma militância partidária ativa durante toda a vida, Carlos Nelson insistia na função dirigente, organizativa, educativa e intelectual desses aparelhos “privados de hegemonia”. Enquanto tais, deveriam assumir a tarefa histórica de tornar sua base de militância “mais culta”, ou seja, mais capaz de fazer a crítica da realidade em que vive e de forjar alternativas para a construção da vida social. Devem ser capazes de fazer com que sua base supere primeiramente o senso comum e depois a consciência sindical, corporativa, alcançando o nível ético político, ou seja, capaz de construir um projeto para uma sociedade. Aqui nos vem mais uma provocação que, certamente, a obra de Carlos Nelson nos deixa: qual é o projeto de sociedade que queremos?

Podemos, nesta direção, exemplificar este caminho teórico-metodológico e político de Carlos Nelson, observando um tema que nos é muito caro: temos muito material de Carlos Nelson sobre os movimentos sociais e os partidos políticos, mas a verdade é que Carlito nunca se deteve em estudar, por exemplo, a questão agrária e a reforma agrária no Brasil. Mas isso não significa dizer, entretanto, que este tema não lhe era importante. Muito pelo contrário, tenho certeza de que nosso autor acreditava e defendia que a solução da questão agrária no Brasil era um dos elementos-chave para se pensar a realidade brasileira a partir de uma perspectiva de superação da sociedade capitalista.

Mais do que isso, Carlos Nelson defendia que era necessário conjugar esta demanda de uma parte significativa da sociedade com as demandas mais amplas, que apontassem para a realização de um novo movimento de lutas na sociedade. Certa vez, perguntado porque apoiava o MST, Carlos Nelson respondeu:

Eu apoio o MST, antes de mais nada, porque o MST é o mais importante movimento social brasileiro, porque defende causas justas como a distribuição da propriedade agrária, o fim do monopólio da terra e porque sabe articular essa luta de setores da população com os interesses gerais da sociedade brasileira, colocando, no horizonte da sua luta, a necessidade de construir uma outra ordem social, mais justa, mais solidária, mais humana e mais livre.

Eis aqui, sem dúvidas, a perspectiva dialética do autor ao analisar os diferentes níveis de luta e articulação em nossa sociedade e, sobretudo, as superações necessárias para que, de fato, nossa ação política traga resultados efetivos para as lutas pela hegemonia em nossa sociedade. De forma inquestionável, um outro caminho de análises onde a obra de Carlos Nelson nos parece imprescindível é na análise sobre a cultura brasileira. Neste caminho de aprendizados e reavaliações, é importante delimitar mais claramente o que abordaremos dentro da ampla concepção de cultura. Optamos por analisar, em seu interior, as manifestações

intelectuais e artísticas da sociedade brasileira, tendo consciência de que estamos abordando um entre os vários aspectos possíveis e assumindo o risco de certo reducionismo. Cultura, com toda certeza, é muito mais que isso.

É nosso interesse centrar esforços na análise do período que se iniciou a partir da metade da década de 1970 e esta opção não foi aleatória. Neste momento, vemos surgir uma sociedade civil mais complexa e mais articulada, que se organizou e deu continuidade à tentativa de equilibrar sua relação com o Estado. Foi o momento da abertura política, do afrouxamento da censura, da reorganização dos movimentos sociais. Por todos os poros, o Brasil parecia novamente pautar, em sua agenda política, os desafios da democracia, da liberdade, da cidadania. Acreditamos que também na cultura isso esteve presente.

Entendemos que, no entanto, não é possível analisar este período sem recorrermos a todo o movimento cultural que marcou os “incríveis anos 60”. Percebemos que, como em vários aspectos da vida social brasileira, os anos 60 foram uma referência indiscutível para a produção cultural. Sem dúvida, foram anos de “erros e correções”, mas sem a análise dos quais a história da cultura brasileira viveria uma lacuna insuperável. Gestaram-se então importantes experiências que, como afirmava COUTINHO, aproximavam-se de uma perspectiva cultural nacional e popular, que tinham o objetivo (ou a pretensão) de unir militância política e produção cultural em uma única prática, capaz de fazer da arte um “instrumento revolucionário” nas mãos do povo. Embora estas experiências não sejam consideradas amplamente “vitoriosas” por aqueles que as analisam, não há dúvidas de que suas propostas ficaram para a cultura brasileira como um referencial permanente que traz influências até os dias de hoje.

Continuando nossa proposta, afirmamos que a dinâmica interna e externa do regime civil-militar que vigorava no país desde 1964 foi substancialmente modificada a partir de meados dos anos 70. Por diversos motivos, a cultura e toda a sociedade civil brasileira viram chegar um momento de abertura objetiva, capaz de trazer mudanças substanciais que permitiram que COUTINHO caracterizasse o Brasil de então como um país potencialmente “ocidental”, segundo categorias gramscianas. Esta “ocidentalização” se processa no Brasil, enfrentando limites e retrocessos típicos de um país que rompeu com a ditadura civil-militar, mas não com o autoritarismo e a arbitrariedade e como a cultura, através de suas manifestações artísticas, foi capaz de incorporar estas novas determinações

Como o leitor pode perceber, Carlos Nelson Coutinho participa, de forma intensa, da história que contei nestas páginas, seja como orientador, como intelectual ou como referência para nossos estudos. Com ele, sempre, aprendi tanto... lições sobre Gramsci, lições sobre política, lições sobre afeto, lições sobre paciência histórica... Carlos Nelson foi um companheiro

de grandes expectativas e projetos de revolução numa perspectiva nacional-popular.

Na história do pensamento social brasileiro, tão dilacerado pela prática da conciliação de pontos de vista contraditórios e pelo ecletismo, Carlos Nelson é responsável por um capítulo essencial no que se refere à incorporação das ideias marxistas. Para descrever esta importância, gostaria de recorrer a dois grandes teóricos brasileiros que assim o descrevem:

Carlos Nelson Coutinho foi, desde o início, uma figura de exceção: mergulhou, de corpo e alma, no universo de Lukács, para voltar à tona em condições de extrair todas as consequências de uma reflexão filosófica rigorosa, intransigente. Ele sempre soube que não se pode fazer filosofia com a mesma desenvoltura com que se pode fazer uma salada. Apoiado em Lukács, educado nas formulações rigorosas do pensador húngaro, Carlos Nelson Coutinho podia ler Gramsci sem se iludir quanto às limitações do grande teórico italiano; ao mesmo tempo, entretanto, encontrava em Gramsci os estímulos de que precisava para escapar a algumas esquematizações demasiado fechadas da filosofia lukacsiana. Então, o movimento do seu pensamento lhe permitiu ir além dos horizontes tanto de Lukács como do próprio Gramsci, ultrapassando as fronteiras do leninismo. (1990 - Leandro Konder)

Ainda nessa direção, José Paulo Netto nos desperta a atenção:

A inflexão teórica (e ideológica) do pensamento de Carlos Nelson, visível no trânsito de Lukács a Gramsci e materializada no fim da década de 70, nada tem a ver com os modismos próprios de certa camada de intelectuais. Correspondeu a uma evolução imanente da sua intenção analítica, condicionada pelos quadros sócio-políticos do país. "Animal em mutação", como se autodefine, Carlos Nelson não quis sacrificar a ampliação de seu campo de problemas a uma abstrata petição de coerência. Ao contrário, e conscientemente, tem procurado realizar um concreto princípio marxiano de pesquisa: a máxima fidelidade do sujeito ao objeto. Um fato é incontestável: com o autor, a nossa visão de cultura e de Brasil se enriquece, torna-se polêmica e crítica, transforma-se. Com Carlos Nelson, aprende-se. (1990 - José Paulo Netto).

Em suma, estamos diante de um grande intelectual, sensível e responsável pelas questões de seu tempo, que foi capaz de construir debates fundamentais e, muitas vezes, polêmico, para nos ajudar a “pensar o Brasil”.

Referências

- COUTINHO, C. N. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. **Gramsci; um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Marxismo e Política**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A de P (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.